

(ORG.) Antonio de Ruggiero
Coordenação geral: Luciana Sanguiné e Débora Karpowicz



HISTÓRIA DOS POVOS FORMADORES DO RIO GRANDE DO SUL

Entre pampas, imigrantes e diásporas

VOL. 7 - IMIGRAÇÃO ITALIANA


EDITORA
SCHREIBEN

Antonio de Ruggiero
(Organizador)

HISTÓRIA DOS POVOS FORMADORES DO RIO GRANDE DO SUL: entre pampas, imigrantes e diásporas



VOLUME 7

IMIGRAÇÃO ITALIANA

Coordenação geral:
Luciana Sanguiné
Débora Karpowicz


EDITORA
SCHREIBEN

2026

© Luciana Sanguiné – 2026
Editoração e capa: Schreiber
Imagem da capa: Caroline Loch (lochstudioprojetos@gmail.com)
Revisão: os autores
Livro publicado em: 14/09/2026
Termo de publicação: TP0782026

Conselho Editorial (Editora Schreiber):

Dr. Adelar Heinsfeld (UPF)
Dr. Airton Spies (EPAGRI)
Dra. Ana Carolina Martins da Silva (UERGS)
Dr. Cleber Duarte Coelho (UFSC)
Dr. Daniel Marcelo Loponte (CONICET – Argentina)
Dr. Douglas Orestes Franzen (UCEFF)
Dr. Eduardo Ramón Palermo López (MPR – Uruguai)
Dr. Fábio Antônio Gabriel (SEED/PR)
Dra. Geuciane Felipe Guerim Fernandes (UENP)
Dra. Ivânia Campigotto Aquino (UPF)
Dr. João Carlos Tedesco (UPF)
Dr. Joel Cardoso da Silva (UFPA)
Dr. José Antonio Ribeiro de Moura (FEEVALE)
Dr. Klebson Souza Santos (UEFS)
Dr. Leandro Hahn (UNIARP)
Dr. Leandro Mayer (SED-SC)
Dra. Marcela Mary José da Silva (UFRB)
Dra. Marciane Kessler (URI)
Dr. Marcos Pereira dos Santos (FAQ)
Dra. Natércia de Andrade Lopes Neta (UNEAL)
Dr. Odair Neitzel (UFFS)
Dr. Wanilton Dudek (UNESPAR)

Esta obra é uma produção independente. A exatidão das informações, opiniões e conceitos emitidos, bem como da procedência e da apresentação das tabelas, quadros, mapas, fotografias e referências é de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

Editora Schreiber
Linha Cordilheira - SC-163
89896-000 Itapiranga/SC
Tel: (49) 3678 7254
editoraschreiber@gmail.com
www.editoraschreiber.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História dos povos formadores do Rio Grande do Sul : entre pampas, imigrantes e diásporas : volume 7 : imigração italiana / Antonio de Ruggiero (organizador) ; coordenação geral: Luciana Sanguiné, Débora Karpowicz. – Itapiranga : Schreiber, 2026.
280 p. : il. ; e-book ; 16 x 23 cm.
Inclui bibliografia e índice remissivo
E-book no formato PDF.
ISBN: 978-65-5440-752-6 [versão impressa]
EISBN: 978-65-5440-751-9 [versão digital]
DOI: 10.29327/5934579
1. Rio Grande do Sul – História. 2. Imigração – Rio Grande do Sul. 3. Imigração italiana. I. Ruggiero, Antonio de. II. Sanguiné, Luciana. III. Karpowicz, Débora. IV. Título.

CDD 981.65

Bibliotecária responsável Juliane Steffen CRB14/1736

Sumário



APRESENTAÇÃO.....	5
<i>Antonio de Ruggiero</i>	
A COLONIZAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL: FORMAÇÃO DOS NÚCLEOS COLONIAIS.....	15
<i>Vania Beatriz Merlotti Herédia</i>	
E ELES CANTAVAM: IMIGRANTES ITALIANOS NA REGIÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL.....	43
<i>Maria Catarina Chitolina Zanini</i>	
O CATOLICISMO COLONIAL ITALIANO NA SERRA GAÚCHA: DO INÍCIO DO FLUXO IMIGRATÓRIO ÀS VÉSPERAS DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.....	65
<i>Vicente Dalla Chiesa</i>	
ENTRE LÍNGUA E PERTENCIMENTO: IDENTIDADE LINGUÍSTICA E ETNICIDADE NA REGIÃO DE COLONIZAÇÃO ITALIANA.....	87
<i>Vitalina Maria Frosi</i>	
NARRATIVAS DA ITALIANIDADE: FASCISMO E CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DA COMUNIDADE ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL.....	107
<i>Luis Fernando Beneduzi</i>	
ENCENAÇÕES DO PERTENCIMENTO: OS 150 ANOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA E OS CAMINHOS DA MEMÓRIA GAÚCHA.....	129
<i>Miriam de Oliveira Santos</i>	
A ESCOLA ENTRE IMIGRANTES ITALIANOS E DESCENDENTES NO RIO GRANDE DO SUL (1875 – 1938).....	147
<i>Terciane Ângela Luchese</i>	
PARA ALÉM DA MADRE: MULHERES E SILENCIAMENTOS NA HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO SUL DO BRASIL.....	169
<i>Maíra Ines Vendrame</i>	

OS ITALIANOS NOS CENTROS URBANOS DO RIO GRANDE DO SUL E O ASSOCIATIVISMO DE MÚTUO SOCORRO (1870-1914).....	185
<i>Antonio de Ruggiero</i>	
MULHERES DE SOBRENOME ITALIANO NOS CUIDADOS DE SAÚDE: DA INVISIBILIDADE AO RECONHECIMENTO.....	211
<i>Leonor Baptista Schwartsmann</i>	
SABERES E OFÍCIOS ARTESANAIS NA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL.....	239
<i>Marinilse C. Busato</i>	
BIOGRAFIA DOS AUTORES.....	265
ÍNDICE REMISSIVO.....	271

Apresentação



A redação desta breve apresentação ocorre justamente no período em que se encerram oficialmente (20 de maio de 2026) as celebrações relativas aos 150 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul. O evento representou um momento de grande repercussão simbólica no estado e propiciou, desde o início de 2025, a realização de numerosas iniciativas culturais voltadas à valorização da memória histórica e do legado migratório italiano. A formação de uma comissão oficial estadual e de uma plataforma digital unificada, assim como a participação de inúmeros atores públicos — incluindo associações culturais, universidades, instituições religiosas, municípios, o Consulado-Geral da Itália, entre outros — evidenciaram a dimensão estratégica, em diferentes níveis, da herança deixada por essa presença que, desde a data simbólica de 1875, acompanhou e moldou o desenvolvimento do estado até os dias atuais. A italianidade é hoje apresentada como um elemento constitutivo da identidade gaúcha, um patrimônio cultural coletivo mobilizado também como recurso simbólico capaz de gerar visibilidade, atrair turismo e promover o território. As narrativas institucionais reforçam a ideia de que “todo gaúcho tem um pouco da cultura italiana”, destacando a influência desse legado na vitivinicultura, na gastronomia, nos costumes e nos valores, frequentemente associados à ética do trabalho, à centralidade da família, à religiosidade e, em última instância, ao desenvolvimento econômico e social da região.

A imigração italiana organizada para o Rio Grande do Sul teve início em 1875, com a chegada das primeiras famílias à localidade de Nova Milano, atual município de Farroupilha. Esse processo integrou uma política de colonização agrícola promovida pelo Império brasileiro, que buscava ocupar áreas pouco povoadas da Serra Gaúcha e estimular o desenvolvimento econômico regional. Após a experiência das colônias alemãs iniciada em 1824, o governo passou a incentivar a imigração europeia, por meio de agências de recrutamento que atraíam famílias camponesas para trabalhar e fixar residência em terras públicas devolutas.

Os colonos recebiam lotes de aproximadamente 25 hectares em terras públicas. Essas propriedades deveriam ser pagas gradualmente ao governo, mas ofereciam uma oportunidade rara de acesso à terra para famílias que, na

NARRATIVAS DA ITALIANIDADE: FASCISMO E CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DA COMUNIDADE ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL

Luis Fernando Beneduzi¹

A imigração italiana para o sul do Brasil representa um fenômeno histórico significativo para a compreensão da formação social, econômica e cultural brasileira entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Na Região de Colonização Italiana (RCI) da Serra Gaúcha, a presença dos imigrantes e de seus descendentes produziu transformações profundas na organização do espaço regional, na constituição de redes econômicas e na elaboração de identidades coletivas fortemente vinculadas à valorização da origem étnica. Ao longo das primeiras décadas republicanas, especialmente em cidades como Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Garibaldi, consolidou-se uma elite econômica, política e intelectual que passou a interpretar o êxito material da colonização italiana como resultado das virtudes morais, culturais e laborais atribuídas à italianidade. Nesse contexto, a ascensão do fascismo na Itália, a partir da década de 1920, encontrou um ambiente social particularmente receptivo à construção de uma nova imagem da pátria de origem, agora associada à ideia de potência moderna, disciplinada e internacionalmente respeitada.

O impacto do fascismo sobre as comunidades italianas emigradas tem sido objeto de importantes debates historiográficos internacionais, especialmente no que se refere às estratégias de internacionalização do regime de Benito Mussolini e à tentativa de fortalecimento dos vínculos culturais e políticos entre a Itália fascista e suas diásporas. A política exterior do regime compreendia os emigrados italianos não apenas como populações de origem comum dispersas pelo mundo, mas como instrumentos de projeção simbólica e política da nova Itália fascista. Por meio de associações culturais, escolas, imprensa étnica, consulados, organizações recreativas e *fasci all'estero*, buscava-se difundir uma representação positiva do regime, reforçando, simultaneamente, os laços de pertencimento nacional entre os descendentes de italianos.

No Brasil, especialmente nas regiões de forte concentração migratória, tais iniciativas encontraram distintos níveis de recepção, adesão e resistência.

¹ Universidade Ca' Foscari Veneza.

No caso específico da Serra Gaúcha, o fascismo articulou-se a dinâmicas locais bastante particulares: a partir da década de 1920, a região atravessava um momento de crescimento econômico e afirmação política regional, impulsionado pela consolidação da pequena propriedade agrícola, pelo fortalecimento da vitivinicultura, pela expansão comercial e pelo surgimento de setores urbanos vinculados à indústria e aos serviços. Paralelamente, produzia-se um discurso memorialístico que exaltava o pioneirismo dos imigrantes italianos e construía uma narrativa heroica sobre a colonização. Essa elaboração simbólica permitia associar o progresso regional às qualidades supostamente inerentes à origem italiana dos colonizadores, reforçando sentimentos de orgulho étnico e pertencimento cultural.

Foi justamente nesse ambiente que o fascismo encontrou condições favoráveis para a difusão de determinados valores e representações. A emergência internacional da Itália fascista oferecia às elites locais uma nova chave interpretativa para explicar o sucesso da experiência migratória. Aquela pátria pobre e rural da qual haviam partido milhares de emigrantes no final do século XIX, passou a ser representada como uma nação moderna, forte, disciplinada e respeitada no cenário internacional. A associação entre o dinamismo italiano das décadas de 1920 e 1930 e os êxitos econômicos da colonização na Serra Gaúcha produzia uma sobreposição entre fascismo e italianidade que ultrapassava os limites estritamente políticos do movimento.

Nesse sentido, o presente artigo parte de um pressuposto fundamental: o projeto político fascista, entendido como tentativa de implantação orgânica e duradoura de estruturas de mobilização fascista no espaço de imigração italiana do Rio Grande do Sul, fracassou. A atuação do *fascio di combattimento* de Caxias do Sul, principal núcleo da chamada zona colonial italiana, encontrou limites importantes, especialmente a partir da intensificação das políticas nacionalizadoras promovidas pelo governo Vargas durante o Estado Novo. A partir de 1938, as medidas repressivas dirigidas às associações étnicas, ao uso público de idiomas estrangeiros e às organizações vinculadas a governos externos reduziram drasticamente os espaços institucionais de atuação fascista. O fechamento de associações, a vigilância estatal e a imposição de um nacionalismo centralizador inviabilizaram a continuidade de projetos políticos explicitamente vinculados a regimes estrangeiros.

Entretanto, reconhecer o fracasso político-institucional do fascismo não implica desconsiderar sua capacidade de influência cultural e simbólica. Mais do que uma simples organização partidária transplantada para o Brasil, o fascismo operou na Serra Gaúcha como elemento catalisador de determinadas representações identitárias já presentes entre setores da sociedade regional.

A adesão de parcelas da elite local ao novo momento político italiano não decorreu exclusivamente de uma identificação doutrinária integral com o fascismo enquanto sistema político totalitário, mas também da percepção de que a ascensão internacional da Itália conferia legitimidade e prestígio à própria trajetória histórica dos descendentes de imigrantes italianos no sul do Brasil.

Dessa forma, interessa compreender o fascismo não apenas em sua dimensão organizacional, mas sobretudo enquanto fenômeno cultural capaz de mobilizar símbolos, memórias e identidades coletivas. A construção de uma imagem positiva da Itália fascista articulava-se profundamente com valores conservadores já consolidados na sociedade serrana. O peso do catolicismo tradicional, a valorização da ordem social, da autoridade, da disciplina familiar e do comunitarismo constituíam elementos que favoreciam certa receptividade às narrativas produzidas pelo regime mussoliniano. Ainda que existissem tensões importantes entre fascismo e Igreja Católica no contexto italiano, no espaço da imigração italiana da Serra Gaúcha prevaleceu, com frequência, uma leitura conciliatória entre nacionalismo italiano, moral cristã e conservadorismo social.

Além disso, a circulação de jornais étnicos, celebrações cívicas, visitas consulares, cerimônias públicas e discursos comemorativos desempenhou papel fundamental na difusão dessa nova percepção acerca da Itália. A propaganda fascista procurava associar Mussolini à regeneração nacional italiana, enfatizando temas como modernização econômica, estabilidade política e grandeza nacional. Para muitos descendentes de italianos na Serra Gaúcha, tais representações possuíam forte apelo simbólico, pois permitiam ressignificar positivamente a memória da imigração e fortalecer o sentimento de pertencimento étnico em um momento de crescente integração econômica e social da região ao contexto estadual e nacional brasileiro.

A análise proposta neste artigo busca, portanto, compreender as formas pelas quais o fascismo foi apropriado, reinterpretado e ressignificado no interior da Região de Colonização Italiana da Serra Gaúcha. Mais do que avaliar quantitativamente o alcance da militância fascista organizada, interessa investigar os mecanismos culturais que permitiram a construção de consensos parciais em torno da associação entre italianidade, progresso regional e ascensão da Itália fascista. Tal perspectiva possibilita superar interpretações simplificadoras que reduzem a presença do fascismo entre imigrantes italianos no Brasil a uma mera reprodução automática da política externa mussoliniana.

Ao enfatizar a convergência de interesses entre propagandistas fascistas, lideranças locais e setores das elites regionais, o estudo busca demonstrar que a recepção do fascismo na Serra Gaúcha esteve profundamente vinculada às disputas em torno da construção da memória da imigração, da afirmação

identitária dos descendentes de italianos e da busca por reconhecimento social e simbólico no interior da sociedade brasileira. Nesse sentido, o fascismo aparece menos como um corpo ideológico rigidamente transplantado da Europa e mais como parte de um processo amplo de elaboração identitária e de produção de representações sociais sobre origem, pertencimento e modernidade.

PROJETO COLONIAL ITALIANO: A CONQUISTA PACÍFICA

A ideia de uma expansão italiana na América Latina, atrelada às comunidades migrantes, não nasce com o projeto fascista, mas está intimamente associada à Itália liberal do final do século XIX, à sua busca de um melhor posicionamento no conjunto das nações europeias. De fato, a segunda metade do século XIX foi marcada por profundas transformações políticas, econômicas e sociais no continente europeu. No caso italiano, o processo de unificação nacional concluído em 1870, com a tomada de Roma, produziu uma nova realidade estatal que precisava enfrentar desafios estruturais internos e, simultaneamente, inserir-se no competitivo cenário das potências europeias. A recém-unificada Itália chegava tardiamente tanto ao processo de industrialização quanto à corrida imperialista que redefinía as relações internacionais no período. Em um contexto no qual a posse de colônias era compreendida como símbolo de força econômica, prestígio político e superioridade civilizacional, a ausência de um império colonial robusto colocava o Reino da Itália em posição periférica no concerto das nações europeias (Beneduzi, 2017).

Paralelamente a essas dificuldades, a sociedade italiana atravessava uma conjuntura interna extremamente problemática. O analfabetismo elevado, a pobreza rural, a precariedade das estruturas produtivas e a incapacidade estatal de absorver grandes contingentes populacionais favoreceram o crescimento exponencial da emigração (Lanaro, 1984). Entre as décadas de 1870 e 1920, milhões de italianos deixaram a península em direção às Américas, configurando um dos maiores movimentos migratórios da história contemporânea europeia (Sanfilippo, 2001). O fenômeno emigratório, inicialmente percebido como expressão da fragilidade nacional e da incapacidade do Estado italiano de garantir condições dignas de vida para sua população, começou progressivamente a ser reinterpretado pelas elites políticas e intelectuais italianas como instrumento estratégico de expansão econômica e influência internacional (Beneduzi, 2017).

Nesse contexto, a derrota militar italiana em Ádua, em 1896, diante das forças etíopes, constituiu um momento decisivo para a reformulação do pensamento colonial italiano. O fracasso da experiência imperial clássica na África Oriental provocou uma profunda crise de legitimidade no projeto expansionista italiano e obrigou setores dirigentes a repensarem as formas

de inserção internacional do país. A partir desse momento, consolidou-se gradualmente a ideia de uma “expansão pacífica” da Itália, baseada menos na conquista militar direta e mais na difusão comercial, cultural e demográfica proporcionada pela emigração de massa. A presença de milhões de italianos no exterior passou então a ser concebida como mecanismo de ampliação da influência econômica e simbólica da nação italiana em escala global (Aquarone, 1989).

Tal perspectiva estava profundamente vinculada às concepções imperialistas e civilizatórias dominantes na Europa de finais do século XIX. A crença na superioridade cultural europeia e no suposto direito, ou mesmo dever, das nações civilizadas de expandirem seus valores, instituições e formas de vida sustentava grande parte dos discursos coloniais do período. Na Itália, intelectuais e parlamentares passaram a defender a ideia de que a emigração poderia desempenhar uma função semelhante àquela das colônias clássicas, mas por meios considerados mais modernos e menos violentos. Giovanni Bovio, deputado e importante pensador político da época, tornou-se um dos principais formuladores dessa concepção. Em seus discursos parlamentares, especialmente após a derrota de Ádua, Bovio defendia que as “colônias espontâneas” produzidas pela emigração eram mais legítimas e duradouras do que as conquistas militares tradicionais (Bovio apud Aquarone, 1989). Segundo o deputado italiano, a emigração não deveria ser interpretada como sinal de decadência nacional, mas como instrumento de expansão civilizatória. A presença de italianos em regiões da América Latina permitiria alargar a influência política e econômica do Reino da Itália, ao mesmo tempo em que difundiria valores culturais considerados superiores.

A noção de expansão pacífica encontrava respaldo também em setores vinculados aos interesses econômicos italianos. Ao longo das primeiras décadas do século XX, cresceu a percepção de que as comunidades emigradas poderiam favorecer a internacionalização do comércio italiano e abrir novos mercados consumidores para produtos industriais e agrícolas da península. Nesse sentido, a imigração era compreendida como fenômeno simultaneamente demográfico, econômico e geopolítico. Os emigrantes transformavam-se em mediadores privilegiados entre a Itália e os países receptores, criando redes comerciais, financeiras e culturais capazes de ampliar a presença italiana no exterior sem necessidade de dominação territorial formal (Beneduzi, 2023).

Foi justamente essa perspectiva que orientou parte significativa das reflexões, por exemplo, de Vittorio Buccelli, deputado italiano e defensor da expansão econômica através da imigração. Em sua obra *Un viaggio a Rio Grande del Sud*, publicada em 1906, após visita ao sul do Brasil, Buccelli descreveu as

regiões de imigração italiana como espaços privilegiados para o fortalecimento econômico da Itália. Ao analisar o desenvolvimento desses espaços coloniais no Rio Grande do Sul, o autor ressaltava o papel civilizador desempenhado pelos emigrantes, responsáveis por transformar regiões consideradas improdutivas em áreas economicamente dinâmicas (Buccelli, 1906). Além disso, via na imigração um instrumento de produção de riqueza tanto para os países receptores quanto para a própria Itália. Em sua interpretação, os emigrantes italianos levavam consigo técnicas agrícolas, disciplina de trabalho, valores familiares e capacidade produtiva que contribuíam decisivamente para o progresso das sociedades americanas. Ao mesmo tempo, a manutenção dos vínculos culturais e comerciais com a pátria permitiria ampliar mercados para produtos italianos e fortalecer a influência internacional do Reino. Em oposição às experiências coloniais africanas, consideradas economicamente dispendiosas e politicamente instáveis, a expansão através das comunidades emigradas aparecia como alternativa mais eficiente e rentável para os interesses nacionais italianos.

A crescente valorização política da emigração produziu também importantes debates jurídicos e institucionais sobre pertencimento nacional e cidadania. A preocupação com a desnacionalização dos emigrantes e de seus descendentes levou o Estado italiano a buscar mecanismos legais capazes de preservar os vínculos com as comunidades italianas no exterior. Nesse contexto, destaca-se a tese em Direito apresentada em 1911 por Piero Ubaldi, na Universidade de Roma, intitulada *L'espansione coloniale e commerciale dell'Italia nel Brasile*. O trabalho expressava claramente a consolidação da ideia de que a presença italiana no Brasil deveria ser interpretada como forma específica de expansão colonial e comercial, baseada na força das comunidades emigradas e em sua capacidade de produzir influência econômica e cultural (Ubaldi, 1911).

As discussões em torno da italianidade no exterior culminaram na promulgação da Lei nº 555, de 13 de junho de 1912, novo marco jurídico da cidadania italiana. A legislação representou um momento fundamental no debate sobre nacionalidade e pertencimento, ao reafirmar o princípio do *jus sanguinis* como base da cidadania italiana. Dessa forma, os descendentes de italianos nascidos no exterior poderiam manter legalmente sua vinculação à pátria de origem de seus antepassados. Mais do que uma simples medida jurídica, a nova lei expressava um projeto político de longo alcance: preservar a italianidade das populações emigradas e transformá-las em instrumentos permanentes da expansão cultural, econômica e simbólica da Itália no mundo.

Corroboram com a ideia de um projeto político voltado às comunidades italianas no exterior as indicações de Terciane Luchese sobre as escolas étnicas, que faziam parte de um plano mais amplo de preservação da italianidade e

de expansão cultural do Estado italiano no exterior (Luchese, 2014). Naquele contexto, a escola aparecia como instrumento estratégico para manter os vínculos linguísticos, culturais e afetivos entre os emigrados e a pátria de origem. Muitas dessas instituições recebiam livros didáticos, materiais pedagógicos e, em determinados momentos, subsídios financeiros enviados pelo governo italiano. Os cônsules e os agentes consulares acompanhavam o seu funcionamento, enviavam relatórios ao Ministério das Relações Exteriores da Itália e frequentemente atuavam como mediadores entre as comunidades emigradas e o governo italiano.

A construção dessa política de expansão pacífica permitiu à Itália reelaborar simbolicamente os limites de seu projeto imperial. Se a derrota de Ádua havia demonstrado as fragilidades militares do Estado italiano, a valorização das comunidades emigradas oferecia uma nova possibilidade de afirmação internacional. Através da emigração, a Itália buscava construir uma presença transnacional baseada na difusão da língua, da cultura, dos produtos nacionais e da identidade italiana. As colônias de emigrantes transformavam-se, assim, em espaços privilegiados de projeção internacional da nação italiana, articulando interesses econômicos, estratégias diplomáticas e discursos civilizatórios típicos do imperialismo europeu da época.

O PROJETO FASCISTA ITALIANO PARA AS COMUNIDADES EMIGRADAS NA AMÉRICA LATINA

Uma questão importante no projeto de expansão internacional do fascismo italiano nas décadas de 1920 e início de 1930 estava relacionada à reelaboração ideológica da latinidade, entendida como fundamento de uma política exterior de caráter simultaneamente cultural, econômico e geopolítico. Conforme demonstra Carla Brandalise, o regime de Benito Mussolini identificava na América Latina, especialmente na Argentina e no Brasil, um espaço privilegiado para um “ensaio de conquista não bélica”, sustentado tanto pela presença de comunidades emigradas quanto por uma suposta afinidade civilizacional de matriz latina. Essa estratégia inseria-se em um cenário de competição internacional, no qual a Itália buscava afirmar-se frente a outras potências ocidentais, particularmente a França, cuja exclusão simbólica dos projetos italianos de latinidade revela o caráter disputado dessa construção (Brandalise, 2016).

A centralidade da latinidade nesse projeto não se limitava a um discurso identitário, mas implicava uma reivindicação explícita de primazia civilizacional. O fascismo reinterpretava a latinidade como expressão direta da romanidade, atribuindo à Itália o papel de herdeira e continuadora da missão histórica de Roma. Nesse sentido, a ideia de Roma *caput mundi* era

reatualizada como fundamento simbólico de um direito de liderança sobre os povos latinos, concebidos como parte de uma comunidade histórica comum, mas hierarquicamente organizada sob direção italiana (Brandalise, 2016). Tal formulação conferia legitimidade ideológica a um projeto de expansão que, embora não militarizado nesse momento, possuía claras ambições hegemônicas.

Entretanto, como evidencia Fotia (2020), a compreensão desse projeto exige situá-lo no interior de uma dinâmica mais ampla de transnacionalização do fascismo. A política externa italiana não se restringia às formas tradicionais de diplomacia interestatal, mas buscava exportar seu próprio modelo político-cultural por meio das comunidades emigradas. Nesse quadro, o fascismo no exterior pode ser interpretado como uma tentativa deliberada de projeção do Estado-nação para além de suas fronteiras territoriais, utilizando a diáspora como instrumento estratégico de influência e penetração ideológica (Trento, 2005). A emigração italiana, portanto, era reconfigurada como um vetor ativo de política externa, e não apenas como um fenômeno social ou demográfico.

Essa dimensão transnacional articulava-se por meio de uma rede institucional voltada à difusão cultural e à consolidação de vínculos identitários. A criação, em 1923, do *Istituto Cristoforo Colombo* constitui um marco nesse processo, ao propor a intensificação das relações entre a Itália, a Espanha, Portugal e os países latino-americanos, excluindo deliberadamente a França. Tal exclusão evidencia que a latinidade fascista não era concebida como uma categoria neutra, mas como um campo de disputa geopolítica e cultural (Brandalise, 2016). Ao mesmo tempo, conforme observa Fotia (2015), essas iniciativas respondiam à necessidade de estruturar uma presença cultural mais orgânica na América Latina, diante da relativa fragilidade institucional dos próprios países da região nesse domínio.

Outro instrumento relevante dessa política foi a organização de iniciativas de forte impacto simbólico, como a Nave Itália, concebida como uma exposição itinerante da indústria e do artesanato italianos. Em 1924, a nave enviada pelo governo italiano circunavegou a América do Sul, em um projeto de propaganda do regime e de difusão da potência italiana. Atracando nos principais portos do subcontinente, permitia à comunidade imigrante e aos cidadãos locais conhecer a grandeza tecnológica e cultural do país. Segundo Brandalise (2016), tratava-se de uma operação que combinava interesses econômicos e propagandísticos, projetando a imagem de uma Itália moderna, produtiva e culturalmente superior. Sob a perspectiva analítica de Fotia (2020), contudo, tais iniciativas devem ser compreendidas como parte de uma estratégia mais ampla de diplomacia cultural, voltada à construção de consenso e à difusão de valores fascistas no exterior.

De fato, existia um grande interesse pela América do Sul, e pelo Brasil em especial, como pode ser percebido na missiva enviada pelo Embaixador italiano

no país, Bernardo Attolico. Em 1928, em uma carta dirigida a Benito Mussolini, com explicações relacionadas ao seu discurso em São Paulo, anteriormente enviado ao *Duce*, ele afirma que o país constituía o campo mais profícuo para uma expansão comercial italiana: citando o conde Guazzzone, indica que, enquanto na Argentina tudo já tinha sido feito, no âmbito comercial, o futuro para a Itália era o gigante latino-americano. Salienta ainda a importância de uma reforma das Câmaras de Comércio e da centralidade que devem ter os Institutos de Crédito italianos na sustentação e propulsão da empresa nacional (Attolico, Carta de 04 de maio de 1928, Affari Politici 1919-1930, Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores da Itália). Enfim, o diplomata faz menção a um elemento forte da política fascista, asseverando o um direito de resistir à absorção, ou seja, que os cidadãos italianos dispersos pelo mundo devem ter o direito linguístico e cultural de existir.

No início da década de 1930, essa política de projeção externa adquiriu contornos mais complexos, especialmente em um contexto de instabilidade política nacional, no caso brasileiro. Documentos diplomáticos italianos indicam que, diante da crise gerada pelo atrito entre o governo central e o do estado de São Paulo, nos primeiros anos após a tomada do poder por Getúlio Vargas, que culminou com a chamada Revolução Constitucionalista de 1932, chegou-se a cogitar a exploração de tendências separatistas no sul do país, bem como a possibilidade de apoio indireto a movimentos como aquele paulista. Esses elementos sugerem uma inflexão no projeto de latinidade, que, sem abandonar sua dimensão cultural, passava a incorporar práticas mais ambíguas de ação política. Nesse sentido, um telegrama indicado como “cifrado e reservadíssimo”, de 27 de julho de 1932, apenas alguns dias após a deflagração do movimento, fala abertamente de uma grande simpatia pela causa paulista, que o cônsul geral no estado, Mazzolini, deveria comunicar verbalmente aos revoltosos. No entanto, a posição ambígua seguiria no debate diplomático italiano, nega a possibilidade de o governo intermediar armas com as empresas italianas para a revolta: não é possível fornecer armas para derrubar um governo com o qual se mantém uma relação diplomática regular (Carta de 27 de julho de 1932, Affari Politici 1931-1945, Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores da Itália). Na dúvida sobre o resultado do conflito, optou-se por não tomar oficialmente partido pelos rebeldes, embora tenha sido sugerido que eles apresentassem solicitação de reconhecimento às diferentes representações diplomáticas presentes no país, permitindo à Itália uma ação não protagonista, mas em coordenação com outros Estados.

Por um lado, como expressa o Embaixador italiano no Brasil, Vittorio Cerruti (1930-1932), em um relatório cifrado enviado a Roma, em 30 de julho

de 1932, procura-se assegurar ao governo brasileiro a posição neutral da Itália. Em um encontro com o Ministro das Relações Exteriores, Afrânio de Melo Franco, o embaixador italiano reafirmou o comportamento imparcial de seu governo, com a aprovação por parte do interlocutor, que, no entanto, ressaltou as ajudas dadas pela Matarazzo e Pirelli aos revoltosos. Ao que imediatamente Cerruti respondeu, afirmando que Giorgio Pirelli estava no Rio de Janeiro desde o início do conflito e não tinha pleno conhecimento sobre as atividades de seu estabelecimento em São Paulo (Telegrama de 30 de julho de 1932, Affari Politici 1931-1945, Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores da Itália). Por outro, o próprio Cerruti, em telegrama cifrado de 01 de setembro de 1932, solicita o envio de duas naves de guerra italianas, como instrumento de defesa dos italianos presentes no país, que estariam sendo ameaçados por componentes do governo federal, e como advertência para o mesmo. Indica, ainda que naves americanas e inglesas, e um cruzador alemão já se encontram ao norte da cidade do Rio de Janeiro (Telegrama de 01 de setembro de 1932, Affari Politici 1931-1945, Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores da Itália). Ao final, a resposta da Direção Geral do Ministério das Relações Exteriores é clara: o desfecho do conflito é incerto e, mesmo sendo preferível uma vitória dos paulistas, o governo italiano não pode se arriscar tomando posição naquele momento. Segundo a direção, estava em jogo a situação das comunidades italianas também em outras realidades, como na França, na Tunísia ou nos Estados Unidos, porque essas nações poderiam começar a temer uma intervenção do governo italiano em assuntos internos, por conta da presença de seus cidadãos naqueles territórios (Direção Geral, Pró-memória para sua Excel. o Senhor Ministro, 30 de agosto de 1932, Affari Politici 1931-1945, Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores da Itália).

De uma certa maneira, o período da ascensão do fascismo no contexto italiano foi caracterizado pela continuidade de uma política de “colonização pacífica”, com a tentativa de utilizar as comunidades imigrantes como pressão da opinião pública, como parte de um processo de expansão comercial. Fica muito clara a força atribuída aos italianos no exterior nos momentos de fragilização do Estado brasileiro, com as crises políticas entre os anos 20 e 30. Mesmo mantendo uma relação amistosa com as forças políticas que controlavam o governo federal, existia um desejo que uma fragmentação do país pudesse criar ainda mais proximidade com a Itália, considerando que a parte economicamente mais dinâmica era constituída por uma presença muito forte de oriundos da Península Itálica. No entanto, era necessário calcular a ação de outras potências, como a Grã-Bretanha, os Estados Unidos e a Alemanha, para que a Itália não se encontrasse em uma situação de desvantagem na sua relação com o Estado brasileiro.

A FASCITIZAÇÃO DA ITALIANIDADE: MEMÓRIA MIGRATÓRIA, CATOLICISMO E IDENTIDADE ÉTNICA NA RCI

A consolidação de uma identidade ítalo-brasileira na Região de Colonização Italiana (RCI), especialmente na Serra Gaúcha, esteve profundamente articulada, ao longo das décadas de 1920 e 1930, com a difusão do projeto político fascista. Mais do que uma simples tentativa de exportação ideológica, observa-se a construção de uma zona de interseção simbólica entre fascismo e italianidade, na qual elementos culturais, religiosos e memoriais foram mobilizados para sustentar uma adesão que ultrapassava a esfera estritamente política, e marcava um pertencimento étnico-cultural.

O marco comemorativo de 1925, relativo aos cinquenta anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul, constituiu um momento privilegiado dessa convergência. A efeméride operou como dispositivo de unificação simbólica entre diferentes esferas: a política estadual sul-rio-grandense, interessada na valorização da contribuição italiana para o desenvolvimento regional; as elites econômicas da zona colonial, empenhadas em consolidar sua posição social; e a política externa fascista, que, já sob Mussolini, buscava estreitar os vínculos com as comunidades italianas no exterior (Beneduzi, 2013). A publicação comemorativa – um volumoso álbum com cerca de mil páginas – não apenas cristalizou uma memória oficial da imigração, como também instituiu uma narrativa épica da presença italiana, vinculando o progresso regional à ação civilizadora dos imigrantes, e enaltecendo as famílias pertencentes à elite econômica regional por meio da narrativa de suas trajetórias de sucesso, que ocuparam quase metade do álbum (*Cinquantenario della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud*, 1925).

Nesse contexto, a epopeia migratória foi reinterpretada à luz de uma nova gramática política e cultural, na qual o sucesso econômico e social dos descendentes de italianos passou a ser associado às virtudes intrínsecas da “estirpe italiana”. Tal operação simbólica implicou a reconfiguração da terra de origem, a Itália, como um polo de modernidade, potência e prestígio internacional, especialmente após a ascensão do fascismo. Como argumenta Beneduzi (2013), essa revalorização da italianidade funcionava como mecanismo explicativo das conquistas locais, inserindo-as em um continuum civilizacional que transcendia o espaço regional.

A participação italiana na Primeira Guerra Mundial também foi mobilizada como elemento central dessa construção identitária. A memória do conflito, evocando tanto o alistamento de imigrantes quanto o apoio econômico ao esforço bélico, contribuiu para reforçar um sentimento de pertencimento transnacional, no qual a lealdade à pátria de origem coexistia com a inserção no contexto brasileiro (*Cinquantenario della Colonizzazione Italiana nel Rio*

Grande del Sud, 1925). A partir de meados da década de 1920, essa articulação entre identidade étnica e nacionalismo fascista foi reforçada por uma intensa produção discursiva, tanto por parte de agentes diretamente vinculados ao regime quanto por mediadores locais. O princípio segundo o qual “onde houver um italiano, ali está a pátria”, enunciado por Mussolini em 1923, sintetiza essa estratégia de expansão simbólica da nação italiana (Trento, 2005). Em 1926, a institucionalização dessa perspectiva por meio da redefinição oficial do emigrante como “italiano no exterior” consolidou um novo paradigma identitário, no qual a italianidade se tornava indissociável do projeto político fascista.

Um importante vetor de comunicação na RCI foi a imprensa católica, particularmente o jornal *Staffetta Riograndense*, considerando-se sua direção e circulação a partir dos frades capuchinhos. Desde 1923, observa-se um processo de aproximação progressiva entre o discurso católico e o fascismo, baseado na identificação de objetivos comuns e na convergência em torno de valores conservadores. Em edição de maio de 1923, o periódico elencava uma série de “benemerências fascistas”, destacando medidas como o retorno do crucifixo às escolas, o restabelecimento do ensino religioso e o combate à maçonaria, evidenciando uma leitura positiva das ações do regime (Beneduzi, 2019).

Essa aproximação deve ser interpretada no contexto mais amplo das relações entre a Igreja Católica e o Estado fascista na Itália. Entre 1922 e 1925, a Santa Sé foi adotando uma postura favorável ao fascismo, abandonando o Partido Popular de Don Sturzo e condenando alianças com forças socialistas. Mussolini passou a ser visto como um agente capaz de realizar demandas históricas do catolicismo, ao mesmo tempo em que combatia inimigos comuns, como o liberalismo laicista e a maçonaria (De Cesaris, 2020). O Tratado de Latrão, em 1929, consolidou essa convergência, garantindo o reconhecimento jurídico de instituições católicas e ampliando o ensino religioso, reforçando a legitimidade do regime.

Na RCI, essa “aliança de interesses” entre Igreja e fascismo teve implicações concretas na formação de uma cultura política favorável ao regime. A difusão de valores como ordem, hierarquia e defesa da religião contribuiu para a naturalização do fascismo como expressão legítima da identidade italiana. Tal processo foi particularmente evidente durante a invasão da Etiópia, em 1935, quando setores da imprensa católica local assumiram uma posição explícita em defesa da ação italiana, apresentando-a como uma missão civilizatória e religiosa, voltada à proteção das populações locais e à expansão da “verdadeira fé” (Beneduzi, 2019).

Nesse último processo, a participação no programa “Uma aliança pela pátria” inscreveu-se em uma dinâmica mais ampla de sacralização política da italianidade no contexto do fascismo transnacional. Longe de constituir apenas

uma campanha de arrecadação material em favor do esforço de guerra italiano durante o conflito ítalo-etíope, o gesto de entregar alianças nupciais e objetos preciosos operava como um ritual simbólico de reafirmação identitária entre os descendentes de italianos no sul do Brasil. A aliança matrimonial, signo por excelência da união sacramental católica, era ressignificada como metáfora de fidelidade à pátria ancestral e de adesão emocional à narrativa da “Nova Itália” construída pelo regime mussoliniano (Beneduzi, 2011; Mugnaini, 2008). Nesse sentido, a mobilização promovida nas comunidades ítalo-brasileiras permitia ao fascismo transformar vínculos étnicos difusos em formas concretas de pertencimento político, articulando memória migratória, orgulho nacional e imaginário imperial. A italianidade deixava, assim, de ser apenas herança cultural ou experiência comunitária para converter-se em expressão de uma comunhão ideológica que associava o destino dos emigrados ao projeto expansionista fascista. Tal processo torna-se particularmente visível nas listas de doadores publicadas pelo *Staffetta Riograndense*, nas quais a entrega das alianças matrimoniais aparecia como manifestação pública de adesão simbólica à pátria italiana e ao regime (*Staffetta Riograndense*, ano XXVII, n. 07, 12 fev. 1936).

Com efeito, o jornal *capuchinho* desempenhou um papel decisivo nesse processo de mediação simbólica e de legitimação discursiva. Enquanto principal órgão de circulação entre as comunidades coloniais italianas do Rio Grande do Sul, o periódico construiu uma narrativa fortemente marcada pela contraposição entre civilização e barbárie, exaltando a missão histórica da Itália fascista. Ao mobilizar simultaneamente o léxico do catolicismo, da epopeia migratória e do nacionalismo fascista, o jornal produziu um campo de identificação no qual ser católico, italiano e favorável ao regime aparecia como dimensões complementares de uma mesma identidade coletiva. A divulgação pública dos nomes dos doadores, a exaltação das cerimônias de entrega das alianças e a constante reprodução dos discursos de Mussolini conferiam à campanha uma dimensão litúrgica e comunitária, reforçando laços afetivos entre os descendentes de imigrantes e a pátria italiana. Dessa forma, o periódico não apenas informava sobre os acontecimentos internacionais, mas atuava como agente ativo de fascistização da italianidade, convertendo o espaço colonial ítalo-brasileiro em terreno de reverberação simbólica do projeto imperial fascista (Beneduzi, 2011).

Por fim, é importante destacar que essa construção identitária não ocorreu de forma homogênea ou isenta de tensões. A adesão ao fascismo na RCI foi mediada por fatores locais, incluindo a atuação das elites, a influência da Igreja e as dinâmicas internas das comunidades de descendentes de italianos. Ainda assim, a convergência entre esses elementos permitiu a formação de um campo simbólico no qual o fascismo se apresentava não como uma imposição externa, mas como uma extensão natural da italianidade.

UM PROJETO FALIDO DE FASCISTIZAÇÃO E IRRADIAÇÃO DO FASCISMO NA RCI DESDE CAXIAS DO SUL

Durante os anos 20, observou-se um certo deslocamento de italianos provenientes diretamente da Itália, de outros lugares do Rio Grande do Sul, e dos países do Prata, para Caxias do Sul, todos de alguma forma estavam vinculados ou tinham sido cooptados pelo regime fascista. Como afirma Giron (2017), aquele movimento constituiu uma “imigração tutelada” de profissionais com formação de grande impacto social e técnico na região, como agrônomos e médicos, tendo o objetivo de se ramificar, primeiramente, nos setores da classe dirigente local.

Um caso importante é aquele de Celeste Gobbato, que, embora já conhecido na cidade e tendo chegado ao Brasil ainda em 1912, retornou como Intendente em 1924, representando a ascensão, na política local, do componente étnico italiano (Monteiro, 2011). É digno de nota que Gobbato era membro do *fascio di combattimento* de Porto Alegre e, mesmo não sendo o primeiro secretário daquele de Caxias do Sul, foi importante para a sua estruturação². Sempre no mesmo período, o italiano Adolfo Randazzo chegou à cidade, proveniente da Argentina, a convite de Gobbato, assumindo a coleta de lixo doméstico e tendo sido editor, nos anos 30, do jornal “Il Giornale dell’Agricoltore”³, instrumento de difusão do programa fascista. Outro caso emblemático é o do médico Romolo Carbone, que havia chegado a Caxias do Sul em 1913, depois de ter passado pela Argentina, conquistando grande sucesso e assumindo a direção do Hospital Pompeia, em 1920. Retornou à Itália em 1924, dando a entender que se tratava de uma partida definitiva, no entanto, em 1926, voltou a Caxias do Sul, experimentando grande acolhida popular e institucional, e dando início então à sua ação propagandística do fascismo.

Na verdade, pode-se dizer que o desenvolvimento do fascismo na região colonial italiana do Rio Grande do Sul ocorreu por meio de um processo estruturado e articulado entre o Estado fascista italiano e as instituições locais das comunidades de imigrantes. Longe de ser espontâneo, esse processo envolveu a criação de redes organizacionais, mecanismos de propaganda e estratégias de inserção social que visavam integrar os descendentes de italianos ao projeto político de Benito Mussolini.

2 De acordo com o Livro de Atas do *Fascio di Combattimento* de Caxias do Sul, depositado no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, o primeiro secretário da seção local foi Marco Camerini, constituindo o Diretorio junto a Romolo Carbone e Guido D’Andrea. Celeste Gobbato presenciou o encontro de inauguração, em 29 de dezembro de 1929, quando declarou que iria solicitar sua transferência da seção de Porto Alegre para aquela de Caxias do Sul.

3 Ver Fundo Randazzo, Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Segundo Fabio Bertonha, a presença do fascismo no Rio Grande do Sul deve ser compreendida como parte de uma política mais ampla de projeção internacional do regime italiano, que buscava mobilizar as comunidades emigradas como extensões simbólicas da nação. Nesse sentido, a estruturação do fascismo na região colonial passou pela criação dos *fasci italiani all'estero*, que funcionavam como núcleos organizados de difusão ideológica e de articulação política local. Esses núcleos atuavam em conexão com os consulados italianos, responsáveis por coordenar e supervisionar as atividades fascistas no exterior (Bertonha, 1998).

No plano local, essa estrutura encontrou apoio em instituições já existentes. De acordo com Giron (2017), as sociedades italianas de auxílio mútuo foram fundamentais nesse processo, pois serviram como base para a formação dos *fasci* e para a penetração do ideário fascista. Nessas associações, lideranças alinhadas ao regime, muitas vezes vinculadas a imigrantes com formação técnica e fidelidade política ao fascismo, passaram a exercer influência direta, promovendo a reorganização das atividades comunitárias em consonância com os interesses do Estado italiano (Giron, 2017). Basta pensar, por exemplo, que a seção do *fascio* de Caxias do Sul começou sua vida no espaço da Sociedade Príncipe de Nápoles, inserindo também entre os seus componentes membros da mesma associação.

A atuação fascista estruturou-se também através de estratégias institucionais múltiplas. Conforme Marmentini (2014), o governo italiano operou em três níveis principais: a implantação de organismos fascistas (como *fasci*, *Dopolavoro* e *Case d'Italia*), o fortalecimento da rede consular e a ocupação de espaços tradicionais da vida comunitária, como escolas, associações e imprensa. Esse conjunto de ações demonstra um esforço sistemático de institucionalização, que visava não apenas difundir a ideologia, mas integrar socialmente as comunidades ao projeto fascista.

Efetivamente, na reunião do *fascio* de Caxias do Sul, do dia 23 de fevereiro de 1934, os inscritos foram informados da aprovação por parte da Secretaria Geral dos *Fasci* tanto da diretora da seção feminina, a senhora Olga Ratti, quanto da nomeação do diretor da seção *Balilla*, cuja função seria desempenhada por Silvio Toigo Filho (Ata de 23 de fevereiro de 1934, Livro de Atas da Seção de Caxias do Sul do Fascio di Combattimento, Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami). Também estava presente na cidade a *Opera Nazionale Dopolavoro*, cujo coordenador era Adolfo Randazzo, que se dedicava principalmente ao teatro amador, com apresentações que visavam sobretudo à arrecadação para fins de beneficência (Marmentini, 2014). Com efeito, estava sendo estruturada uma organização hierarquizada, pois conectada e alinhada

com a sede do movimento, em Roma, que progressivamente começava a tomar forma na cidade e, em alguns casos, chegando inclusive nas localidades vizinhas.

Também a imprensa desempenhou um papel importante nesse processo de difusão do ideário fascista. Em seu trabalho sobre o periódico *Il Giornale dell'Agricoltore*, publicado em Caxias do Sul entre 1934 e 1938, Paulo Marmentini mostra que o jornal funcionava como instrumento direto de propaganda do regime, difundindo a imagem idealizada de uma Itália moderna, unificada e liderada por Mussolini. As representações construídas enfatizavam a associação entre italianidade e fascismo, além de valorizar o colono como símbolo dessa identidade (Marmentini, 2014). Esse discurso buscava criar uma identificação simbólica entre os descendentes e o regime, reforçando vínculos políticos e culturais.

De qualquer forma, é necessário ter presente, como ressalta Loraine Giron, que essa estrutura não implicou homogeneidade política. A adesão variou conforme interesses econômicos, posicionamentos ideológicos e o contexto brasileiro, havendo tanto apoiadores quanto opositores ou indiferentes. Ao mesmo tempo, não se pode negar que aproximadamente entre 1928 e meados da década de 1930, foi progressivamente se consolidando uma rede organizada de influência fascista na região colonial, sustentada por instituições, agentes e práticas claramente articuladas (Giron, 2017). Esse processo não criou um movimento de massas plenamente consolidado, mas estabeleceu uma presença política organizada e socialmente enraizada, ainda que heterogênea e dependente de estímulos externos: um projeto estava em desenvolvimento.

É necessário salientar três elementos que foram desenvolvidos até aqui e que podem parecer contraditórios, em um primeiro momento: (1) existia um projeto articulado internacional e local de manter o elo entre a Itália fascista e as comunidades imigrantes; (2) durante os anos 20 e 30, a cidade de Caxias do Sul viveu um processo de estruturação do movimento fascista organizado, a partir de suas diferentes instituições; (3) não se observou uma grande participação institucionalizada da maior parte da comunidade de origem italiana da região colonial do Rio Grande do Sul. Em um primeiro momento, pode-se pensar que simplesmente não houve uma penetração efetiva das estruturas fascistas ou um interesse real do colono, como diz Giron (2017), pois eles não se interessavam por política. No entanto, a questão pode ser entendida de outra maneira, ou seja, se existia efetivamente o projeto de envolver institucionalmente os diferentes grupos sociais que compunham as comunidades italianas na Serra Gaúcha ou, diferentemente, se o projeto foi aplicado exatamente como preestabelecido pelo regime, com a intenção de criar uma classe dirigente fascista na região, que deveria conduzir a população local.

Pode ser muito relevante, para compreender em maior profundidade o projeto fascista para a RCI, analisar com atenção as reflexões feitas pelo Embaixador Italiano no Brasil, Roberto Cantalupo, em 1932, no Jornal “Diário de Notícias”, de Caxias do Sul, e que expressam, de modo sintético, a discussão do livro que publicara em 1926, *La Classe Dirigente*, que analisava o modo como uma nova elite deveria tomar o lugar da velha classe dirigente liberal, para conduzir as massas, a partir de um Estado forte. Nesse sentido, a concepção de “classe dirigente” expressa por Cantalupo insere-se diretamente no núcleo doutrinário do fascismo e revela uma visão profundamente orgânica e pedagógica do poder político. Em seu discurso, a formação dessa elite não aparece como um dado pré-existente, mas como um processo histórico conduzido pelo próprio regime.

Ao afirmar que “o fascismo veio preencher essa lacuna original”, Cantalupo sugere que a Itália liberal anterior a Benito Mussolini teria sido incapaz de produzir uma elite dirigente coesa e orientada. A referência aos “excessivos partidos” aponta para a crítica fascista ao pluralismo político, entendido como fragmentação e fraqueza institucional. Nesse contexto, a classe dirigente não deveria emergir da competição entre partidos, mas da unificação ideológica promovida pelo fascismo: o regime se apresenta como força organizadora capaz de dar ordem e sentido a indivíduos antes dispersos politicamente.

Essa perspectiva se aprofunda quando Cantalupo afirma que o fascismo só realizará plenamente suas aspirações ao “reunir a totalidade do povo italiano, renovado pelo sistema de ideias que ele propunha”. Aqui, a classe dirigente não é concebida como separada da sociedade, mas como expressão de um povo ideologicamente homogeneizado. Trata-se de uma concepção que rompe com modelos liberais de representação e se aproxima de uma lógica totalizante, na qual governantes e governados compartilham a mesma matriz ideológica. A elite dirigente, portanto, não se legitima pela diversidade, mas pela capacidade de encarnar e difundir o espírito do fascismo.

A dimensão teleológica dessa visão aparece na ideia de que o fascismo conduzirá a Itália “da fraqueza à potência”. A classe dirigente é, nesse sentido, instrumento de transformação nacional. Sua função não é apenas administrativa, mas civilizadora: cabe a ela liderar o renascimento da nação, articulando disciplina, unidade e expansão. O poder político assume, assim, um caráter missionário, no qual a elite formada pelo regime atua como agente de um destino histórico previamente definido. Portanto, o “destino histórico do fascismo” está subordinado à “formação da nova classe” e à sua “constituição na órbita espiritual do fascismo”. Aqui, evidencia-se o caráter formativo e doutrinário do regime: a classe dirigente não surge espontaneamente no sentido liberal, mas é moldada por instituições, práticas e valores fascistas. A ênfase na

“formação do espírito da geração que governará a Itália de amanhã” revela a centralidade da educação política e da socialização ideológica, especialmente entre os jovens.

Enfim, para o embaixador italiano, a classe dirigente fascista é simultaneamente produto e instrumento do regime. Ela deve ser coesa, ideologicamente alinhada e comprometida com a missão histórica do fascismo. Mais do que governar, cabe a essa elite encarnar o projeto de regeneração nacional, garantindo a continuidade e a expansão do sistema político. Trata-se, portanto, de uma concepção que subordina a política à formação de uma elite orgânica, cuja legitimidade deriva não da representação plural, mas da fidelidade ao ideário fascista e à sua promessa de grandeza nacional.

A compreensão do projeto que estava sendo colocado em prática em Caxias do Sul, assim como em outros espaços de imigração italiana, tem uma relação forte com essa concepção de construção de uma classe dirigente local, que, depois, plasmaria este espírito de italianidade fascista. É claro, desde o processo de escolha dos indivíduos que iriam compor a seção do *fascio*, que eram unidos pela imagem social que haviam construído, desde o grande médico, Romolo Carbone, aos grandes industriais, Abramo Eberle e Aristide Germani, ou Matteo Gianella, técnicos importantes como Adolfo Randazzo e Celeste Gobbato, arquitetos, como Silvio Toigo, para citar alguns dos inscritos. Essa elite étnica que estava ascendendo econômica e politicamente, que representava a pujança dos imigrantes chegados no final do século XIX ou o progresso técnico trazido pelos recém-chegados dos anos 20, seria responsável pelo nascimento de uma onda fascista na RCI.

A conjuntura histórica era propícia: foram festejados os cinquenta anos da imigração e colonização italiana em 1925, tiveram início as celebrações da festa da uva, conceito importado das festas impulsionadas por Mussolini na Itália. Além disso, o ano de nascimento da seção caxiense do *fascio*, está compreendido no período de atuação de Manfredo Chiostrì como Cônsul Geral italiano em Porto Alegre; ele que foi responsável por uma forte política fascistizante na circunscrição consular. Sua forte atuação pode ser entendida em sua trajetória de vida, porque, nascido em Montevarchi, na província de Arezzo, na Toscana, em 1888, aparece como inscrito no *fascio* de Florença e ativo membro de esquadrões fascistas em 1920, tendo sido eleito Deputado pelo Partido Nacional Fascista tanto em 1921 quanto em 1924. Sua chegada a Porto Alegre, em 1928, acontece poucos anos depois de sua atuação como vice-secretário do *fascio* florentino. De fato, Chiostrì segue um percurso ascendente no movimento fascista, iniciando como membro de esquadrão, institucionalizando-se como Deputado e adquirindo projeção internacional como diplomata, embora não de carreira, mas como indicação política.

Para a construção do projeto, a política de cooptação fascista nas áreas de colonização italiana do Rio Grande do Sul estruturou-se como um mecanismo articulado de reorganização institucional, produção simbólica e integração seletiva das elites locais, com o objetivo de inserir as comunidades ítalo-brasileiras na órbita política e cultural do regime italiano. Nesse sentido, um marco importante desse processo foi a reconfiguração da presença consular italiana na região, com o Decreto n. 970, de 11 de março de 1928, que transformou a agência consular de Caxias do Sul em Vice-Consulado, elevando sua importância administrativa e política. Essa mudança não teve apenas caráter burocrático: ela expressou uma estratégia mais ampla de fortalecimento da presença estatal italiana nas zonas de colonização, ampliando a capacidade de intervenção simbólica e organizacional do fascismo junto às comunidades de descendentes de italianos.

Paralelamente, desenvolveu-se um sistema de cooptação honorífica das elites locais, por meio da concessão de títulos como o de *Cavaliere del Regno d'Italia* a figuras de destaque na cidade, incluindo membros ligados ao *Fascio* e personalidades de prestígio social. Esses títulos funcionavam como instrumentos de reconhecimento e distinção, mas também como mecanismos de vinculação política e simbólica ao regime fascista. Receberam a condecoração personalidades locais como, por exemplo, Celeste Gobbato, Aristides Germani, Abramo Eberle, Pietro Mocelin, Romolo Carbone, Dante Marcucci. Se, por um lado, os títulos honoríficos funcionavam como um elemento estruturante de uma elite local associada ao fascismo, por outro, a sua celebração criava uma narrativa que aproximava a Itália fascista da população local. De fato, esse processo produzia uma lógica de reciprocidade: as elites locais reforçavam seu capital social e prestígio comunitário, enquanto o Estado italiano ampliava sua influência por meio da incorporação dessas lideranças em uma hierarquia simbólica controlada pelo centro fascista: a distinção honorífica operava como forma de integração seletiva e disciplinamento político indireto.

O livro de Atas da seção do *fascio* de Caxias do Sul oferece uma visão renovada sobre a projeção efetiva e concreta de cooptação da comunidade italiana da RCI, mesmo que em um curto espaço de tempo, considerando que sua existência não superou os dez anos. No entanto, a discussão entre os inscritos e as diretivas que chegavam de Roma indicavam o impulso a plasmar uma sociedade fascista na Serra Gaúcha. Certamente não poderia ser aplicado o mesmo modelo desenvolvido na Itália, e os escritos dos embaixadores sobre o temor em relação à coletividade italiana presente em território brasileiro demonstram consciência da forma de ação necessária para manter um bom relacionamento bilateral. A ideia era ocupar um espaço relevante e manter essa

vinculação entre o regime e os italianos no exterior, ou seja, neste caso, aqueles da RCI. Para tal fim, inclusive, o livro de Atas apresenta um questionário, sem data, que deveria ser enviado à Direção Geral, em Roma, o qual buscava obter uma panorâmica não somente sobre os números relacionados à própria seção, mas, também, sobre a comunidade local. É emblemático o fato de se buscar informações sobre as associações étnicas e as relações estabelecidas com o *fascio*, além do nome do presidente e se ele estava entre os inscritos da seção, ou o nome dos professores das escolas italianas e a matriz política dos jornais presentes na região. De fato, o questionário, que apresenta ao todo doze perguntas, articuladas em especificações, busca fazer um reconhecimento do terreno, para planificar a ação.

Na segunda metade de 1934, mais especificamente na ata do dia 21 de outubro, observa-se uma ruptura com o Integralismo, mas, ao mesmo tempo, um apelo a uma espécie de ato de fé com relação ao movimento, que deve se transformar no único norte dos inscritos. Nesse sentido, indicou-se claramente que os membros do *fascio* não devem participar das manifestações organizadas pela Ação Integralista Brasileira, independentemente de nutrirem simpatia pelo grupo político. Solicitava-se aos presentes uma maior participação e, sobretudo, que fosse recordada sempre a máxima fascista “Credere, Obbedire, Combattere”. Enfim, era lembrado que os fascistas no exterior deviam se manter distantes da política local da terra que gentilmente os hospeda, permanecendo, em vez disso, obedientes às diretivas emanadas por Mussolini, o chefe supremo de todos os *Fasci*. (Ata de 21 de outubro de 1934, Livro de Atas da Seção de Caxias do Sul do Fascio di Combattimento, Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami).

A partir do início do Estado Novo, em 1937, o vento começou a mudar e o governo brasileiro alterou a sua percepção das coletividades estrangeiras, especialmente alemãs, japonesas e italianas no país. Em 1938, com o projeto de nacionalização de Vargas, todas as instituições estrangeiras tinham que deixar de existir ou se transformar em agremiações nacionalizadas; portanto, não existia mais espaço para um braço do Partido Nacional Fascista italiano no Brasil: o projeto teve que ser abandonado. De qualquer forma, nos poucos anos de existência, a seção caxiense do *fascio* foi ativa na imprensa, comemorou grandemente os dez anos da marcha sobre Roma, em 1932, lançou os alicerces econômicos para a construção de uma sede própria, com a forte participação da elite local, ramificou-se nas subseções do movimento, das seções feminina e *Balilla* ao *dopolavoro*, iniciando um processo de enraizamento local. Mesmo não tendo um número representativo de inscritos, o que se entende não ter sido o objetivo central, conseguiu assentar as bases de um pensamento compartilhado que via na Itália fascista uma representação dos valores étnicos que forjaram a comunidade italiana da RCI.

É importante ainda mencionar que o projeto de fascistização das comunidades italianas e, portanto, de uma forma de manutenção do vínculo com o território de origem ou de partida dos antepassados, não nasceu com o fascismo. Embora tenha adquirido um conteúdo novo entre os anos 20 e 30, a preocupação do Reino da Itália com o modelo de potência europeia fundado sobre o império colonial remonta ao final do século XIX, e as derrotas na África, conduziram o olhar da classe dirigente italiana para as massas de imigrantes, sobretudo na América do Sul, construindo o conceito de uma colonização econômica e pacífica, permeada por diferentes políticas. O que fez o regime foi apropriar-se de um projeto já em curso e potencializá-lo com uma série de iniciativas internacionais, com o objetivo de reforçar a posição italiana no seio da comunidade de imigrantes presentes no exterior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aquarone, A. **Dopo Adua**: politica e amministrazione coloniale. Città di Castello: Tibergraph editrice, 1989.
- Beneduzi, Luis Fernando. Uma aliança pela pátria: relação entre política expansionista fascista e italianidade na comunidade italiana do Rio Grande do Sul. **Dimensões: Revista de História da Ufes**, n. 26, 2011, pp. 89-112.
- Beneduzi, Luis Fernando. Civilização versus Barbárie: entre catolicismo e fascismo, abaixo a Abissínia. In: Turcatti, Dante. **Las migraciones al cono sur**: cuestione de historiografia, metodologia y fuentes. Montevideu: Tradinco, 2013, pp. 43-61.
- Beneduzi, Luis Fernando. Quando a imigração se transforma em colonização: algumas leituras sobre a presença italiana no sul do Brasil. **Revista Latino-Americana de História**, Vol. 6, nº. 17, 2017, pp. 35-58.
- Beneduzi, Luis Fernando. Italianità e politica estera fascista nel Brasile meridionale: una lettura sulla guerra in Abissinia. **Venetica**, n. 57, 2019, pp. 235-255.
- Beneduzi, Luis Fernando. Identity and International Relations: Italian Foreign Policy Towards Latin America. In: Gardini, Gian Luca. **The Redefinition of the EU Presence in Latin America and the Caribbean**. Berlim: Peter Lang, 2023, pp. 81-95.
- Bertonha, João Fábio. “Entre a bombacha e a camisa negra: notas sobre a ação do fascismo italiano e do integralismo no Rio Grande do Sul”. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 24, n. 2, 1998, pp. 247-268.
- Brandalise, Carla. Fascismo italiano na América Latina: entre romanità e latinità. **Revista Anos 90**, v. 23, n. 43, 2016, pp. 199-233.
- Buccelli, Vittorio. **Un viaggio a Rio Grande del Sud**. Milão: L.F. Pallestrini & C., 1906.

Cinquantenario della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud, vol. I. **La cooperazione degli italiani al progresso civile ed economico del Rio Grande del Sud**. Porto Alegre: Barcellos, Bertaso e Cia/Livraria do Globo, 1925.

De Cesaris, Valerio. **Sedução fascista**. La Chiesa Cattolica e Mussolini 1919-1923. Cisinello Balsamo: Edizioni San Paolo, 2020.

Fotia, Laura. **La política cultural del fascismo in Argentina (1923-1940)**. Roma: Università Roma Tre (Tese de Doutorado, Ciências Políticas), 2015.

Fotia, Laura. América Latina y la Italia fascista, entre diplomacia cultural y propaganda. **Historiografías**, n. 20, 2020, pp. 73-94.

Giron, Loraine Slomp. **As sombras do Littorio**: o fascismo no Rio Grande do Sul. Caxias do Sul: Educs, 2017.

Lanaro, Silvio. **Storia d'Italia**: le regioni dall'Unità a oggi. Il Veneto. Torino: Einaudi, 1984.

Luchese, Terciane Ângela. **Educação e italianidade**: escolas étnicas italianas no Rio Grande do Sul (1875-1930). Caxias do Sul: EDUCS, 2014.

Marmellini, Paulo A. L. **O fascismo para os colonos**: il giornale dell'agricoltore e a divulgação do fascismo entre italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1934-1938). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em História, UNISINOS, 2014.

Monteiro, Katani Maria Nascimento. **Entre o vinho e a política**: uma biografia de Celeste Gobbato (1890-1958). Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em História, UFRGS, 2011.

Mugnaini, Marco. **L'America Latina e Mussolini**. Brasile e Argentina nella politica estera dell'Italia (1919-1943). Milão: Franco Angeli, 2008.

Sanfilippo, Matteo. Tipologie dell'emigrazione di massa. In: Bevilacqua, Piero; De Clementi, Andreina; Franzina, Emilio. **Storia dell'emigrazione italiana**: partenze. Roma: Donzelli, 2001, pp. 77-94.

Trento, Angelo. Dovunque è un italiano, là è il tricolore. La penetrazione del fascismo tra gli immigrati in Brasile. In: Scarzanella, Eugenia. **Fascisti in Sud America**. Firenze: Le Lettere, 2005, pp. 1-54.

Ubbaldi, Pietro. **L'espansione coloniale e commerciale dell'Italia nel Brasile**. Roma: Ermanno Loescher, 1911.